

UNIESP
•• União de Escolas Superiores Paraíso ••

www.uniesp/mg.edu.br - [35] 3558 6261

ISEP
•• Instituto Superior de Educação Paraíso ••

UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE PARAÍSO

**ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL
COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA
LEITURA E NA ESCRITA**

MARIA DE LOURDES SILVA DE SOUZA

ORIENTADOR: ADILSON VIEIRA DE PÁDUA

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E NA ESCRITA

MARIA DE LOURDES SILVA DE SOUZA

Monografia apresentada à UNIESP -
União de Escolas Superiores Paraíso,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Adilson Vieira de
Pádua

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E NA
ESCRITA

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à meu esposo e minhas filhas. Aos meus pais (*in memoriam*) que sempre foram a síntese de todo esse universo humano que se chama “família” e que com certeza estão a comemorar comigo esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é o autor da vida.

Ao meu esposo, pelo apoio e compreensão durante estes três anos e meio de caminhada.

As minha filhas pelas palavras de incentivo nos momentos de dificuldades.

As minhas colegas de curso pelo companheirismo demonstrado em todos os momentos.

Aos professores e orientador que muito colaboraram para o meu crescimento tanto pessoal quanto profissional e pelo conhecimento compartilhado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1-CONCEPÇÃO DA LEITURA E ESCRITA, E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	8
1.1 Historiografia de analfabetismo no Brasil.....	8
1.2 Conceito de leitura.....	10
1.3 A fala, leitura e escrita.....	12
1.4 Principais dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita pelos alunos no 1º ciclo do ensino fundamenta.....	13
2- UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	17
2.1 A prática pedagógica.....	17
2.1.1 A prática pedagógica da atualidade.....	18
2.2 Alternativas metodológicas para o possesso da leitura e da escrita.....	19
2.2.1 Saber como funciona a linguagem escrita.....	20
2.3 Fatores que influenciam positivamente para o aprendizado da leitura e escrita no 1º ciclo do Ensino Fundamental.....	21
3- A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA.....	27
3.1 Contribuição da escola na aprendizagem do aluno.....	28
3.2 Um olhar sobre o papel da família na vida escolar do aluno.....	34
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

RESUMO

O Trabalho justifica-se com o intuito de demonstrar as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita por alunos do 1º Ciclo do ensino fundamental.

Consideramos que este estudo proporcionará resultados significativos na área educacional. A leitura é expressão estética da vida através da palavra escrita e contribui significativamente para a formação da pessoa, influenciando nas formas de se encarar a vida. Neste trabalho procurar-se-á demonstrar como a leitura é importante na vida da criança, e que através dela o aluno pode melhorar o seu desenvolvimento, raciocínio e também tornar-se um ser socializador consciente de sua cidadania. O escrever também é papel importante da criança, e deve ser trabalhado de forma adequado pelo professor tanto no alfabetizar, quanto no letrar. Por isso este trabalho busca entender as dificuldades de aprendizagem das crianças a partir da leitura e escrita que são trabalhados na escola e também na família e sociedade.

Palavras-chaves: Leitura, escrita, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O Trabalho justifica-se com o intuito de demonstrar as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita por alunos do 1º Ciclo do ensino fundamental. Consideramos que este estudo proporcionará resultados significativos na área educacional.

A leitura é expressão estética da vida através da palavra escrita e contribui significativamente para a formação da pessoa, influenciando nas formas de se encarar a vida.

Acrescenta-se que este trabalho será de grande importância pois temos consciência de que através da leitura, exercitamos nossa inteligência e nos integramos com o mundo, adquirindo novos conhecimentos. Tornamos-nos mais aptos para dominar assuntos em diversificadas situações.

Tanto a leitura como a escrita tem um lugar importante na vida das pessoas, elas nos dão o poder do conhecimento, a capacidade de associar idéias, planos, sintetizar assuntos, nos torna mais críticos e renova a nossa criatividade.

Tem-se o propósito de : analisar as dificuldades de a Detectar os principais aspectos que interferem na aprendizagem da leitura pelos alunos; discutir as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem na leitura e escrita ;apontar alternativas para o enfrentamento das dificuldades na leitura e escrita dos alunos;mostrar através de dados estatísticos como anda a alfabetização no Brasil.

Baseou-se em fontes bibliográficas onde fará discussão dos dados referentes ao tema, e também contará com a metodologia quantitativa para mostrar o analfabetismo no Brasil e as taxas de dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÃO DA LEITURA E ESCRITA, E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.

1.1 Historiografia de analfabetismo no Brasil

A evolução histórica da questão do analfabetismo no Brasil evidencia a articulação e a desarticulação dos movimentos de educação de jovens e adultos sob o patrocínio do governo federal, principal instância de apoio às iniciativas da sociedade brasileira.

A partir de janeiro de 1997, o movimento nacional de combate ao analfabetismo foi intensificado pela atuação do Programa Alfabetização Solidária (PAS) e da parceria sociedade civil, de empresas, de prefeituras municipais e universidades junto ao Conselho da Comunidade Solidária. “ O movimento tem desencadeado uma expansão quantitativa de atendimento a municípios de todas as regiões brasileiras, principalmente os do Norte e Nordeste”. (QUARESMA, 2004, p. 1).

O analfabetismo está na raiz de todos os grandes problemas sociais no Brasil. Constitui um mal radicado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país, e infenso às diversas campanhas de alfabetização que surgem no bojo de políticas educacionais. partir do século XIX, a percentagem de analfabetismo (considerando como analfabeto o que não sabe ler e escrever; ou seja, no sentido censitário tradicional), começa a cair no Brasil.

No entanto, até 1920, o índice de analfabetismo ainda superava 2/3 de sua população, o que equivalia a 64,9% das pessoas acima de quinze anos. “Supõe-se que a taxa de analfabetismo entre as pessoas nessa faixa etária era de 77% na

época dos censos de 1872 e 1890, nessas ocasiões os censos não especificaram idade para o levantamento do analfabetismo” (FERREIRO, 1992, p. 12).

“Em 1920 calculava-se o analfabetismo em 65%; trinta anos mais tarde, essa taxa caiu para 50% e levou mais trinta anos para baixar para 25%, em 1980”. (FERRARO, 2004, p. 1).

Observe-se ainda a mudança no conceito de analfabetismo. Em 1958 a UNESCO definia como analfabeto um indivíduo que não consegue ler ou escrever algo simples. Duas décadas depois substituiu esse conceito pelo de analfabeto funcional, que é um indivíduo que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e desenvolver-se pessoal e profissionalmente.

O censo de 2000 do IBGE considerou como analfabetos 10,6% da população entre 15 e 64 anos, ou seja, 11.180.813 pessoas de um montante de 104.997.015.

Em 2003, o índice de analfabetismo absoluto detectado pelo IPM, responsável pelas pesquisas que subsidiam o INAF, ficou em torno de 8% e são considerados em um nível rudimentar de alfabetismo cerca de 30% dessa população.

Dois anos mais tarde nova pesquisa do IPM registra uma queda de um ponto percentual no índice de analfabetismo. De acordo com os dados apresentados pelos censos demográficos do IBGE e outros sistemas avaliativos, percebemos que não houve quedas significativas, e sim, um movimento lento e gradual nos índices.

É de se concluir portanto que as campanhas e programas governamentais destinados à erradicação do analfabetismo no país desde o final do século XX não têm dado conta de capacitar a população a ler e escrever, habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais letrada.

De 1920 até 1980, percebemos uma queda em termos percentuais, porém os números absolutos aumentaram de 11,4 milhões em 1920, para 18,7 milhões em 1980.

Só depois dessa década os números do analfabetismo começam a apresentar leve diminuição, caindo em 2000 para 16,3 milhões, considerando sempre as pessoas com mais de quinze anos.

O analfabetismo é um problema histórico. Analisando-o nessa perspectiva, verificamos que ele apresenta características novas e velhas ao mesmo tempo. Trata-se de um problema relativamente novo porque só foi caracterizado como tal

a partir do século XIX, e é também um problema velho porque, desde a sua origem, está relacionado a fatores sócio-demográficos, tais como: gênero, raça, localização geográfica, faixa etária, renda familiar e, principalmente, ao processo de urbanização.

Verificamos que mesmo o país tendo desenvolvido na educação, ainda é grande o número de pessoas analfabetas, e que as práticas da escrita e da leitura deveriam serem melhor trabalhadas para despertar o interesse por grande parte dessas pessoas analfabetas.

1.2 Conceito de leitura

Houve um momento na história da leitura em que ler significava pronunciar em voz alta as letras grafadas no papel. No entanto, as teorias mais recentes concebem o ato de ler como atribuição voluntária de sentido à escrita, entendendo a leitura também como prática social. Vejamos o que alguns autores escrevem sobre o conceito de leitura:

Freire (1982) propõe uma concepção de leitura que se distancia dos tradicionais entendimentos do termo como sonorização do texto escrito, defendendo que a leitura começa na compreensão do contexto em que se vive:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1992, p. 3).

Resende (1993) também concebe a leitura como possibilidade de abertura ao mundo e caminho para um conhecimento mais aprofundado do leitor sobre si mesmo:

A leitura é um ato de abertura para o mundo. A cada mergulho nas camadas simbólicas dos livros, emerge-se vendo o universo interior e exterior com mais clareza. Entra-se no território da palavra com tudo o que se é e se leu até então, e a volta se faz com novas dimensões, que levam a re-inaugurar o que já se sabia antes. (RESENDE, 1993, p. 164)

Numa escola em que todos os educadores se ocupassem da formação de leitores com as características que acabamos de mostrar, as atividades de

leitura/escrita seriam atos libertadores, assegurando que perguntas e respostas pessoais passem a fazer parte do programa.

Numa escola assim, a leitura seria um instrumento do processo de humanização, uma vez que construir sentidos significaria construir respostas pessoais para a edificação de um mundo humano, considerando nessa tarefa as idéias, os sonhos, os sentimentos e a imaginação do sujeito leitor em diálogo com outros homens.

Sabemos que inúmeros problemas vêm contribuindo para que a escola não esteja vencendo o desafio de promover o letramento da parcela da população que consegue chegar a ela.

Tanto a evasão quanto os baixos índices de aproveitamento escolar detectados pelos testes de avaliação do ensino básico se devem, entre outros fatores, a uma compreensão equivocada e limitada do conceito de texto. (FERREIRO, 1987, p. 12).

Geralmente, no contexto escolar, o texto não é concebido como representação simbólica das produções humanas nas mais diversas práticas sociais. Além disso, há também uma incompreensão do significado do ato de ler, reduzido à tarefa de simples reconhecimento de um único sentido para o texto.

Tal redução, que dissocia as atividades de leitura das práticas sociais comunicativas, acaba por produzir um “modelo escolar” de utilização do livro. Como resultado, os atos de leitura efetivados no espaço escolar revelam-se como singularidades estranhas, não se repetindo na vida cotidiana.

A leitura tem importância fundamental na vida das pessoas. A necessidade de muita leitura está posto entre todos, haja vista, que propicia a obtenção de informações em relação a qualquer contexto e área do conhecimento, assim como, pode constituir-se em fonte de entretenimento.

Para uns, atividade prazerosa, para outros, um desafio a conquistar. Urge compreender que a técnica da leitura garante um estudo eficiente, quando aplicada qualitativamente.

Os mecanismos envolvidos no processo de leitura nem sempre são conhecidos ou considerados por aqueles que estão envolvidos com o ensino/aprendizagem da compreensão de textos. Ter consciência dos fatores cognitivos que estão envolvidos nesse processo é de extrema relevância e instrumento de auxílio para o professor.

1.3 A fala, leitura e escrita

A preocupação com a fala também deve predominar no processo de ensino aprendizagem, pois o ser humano, através da linguagem oral, consegue evidenciar traços culturais inconfundíveis.

Segundo FERREIRO, “ (...) o abandono de expressões coloquiais ou a correção sistemática por parte do professor podem confundir ou desestimular a criança” (FERREIRO, 1987, p. 23)

Ouvir a todo momento o que ela fala é “errado” ou “não se usa ”, causa um conflito entre o que está sendo apresentado na escola e o que a vida até então lhe apresentou.

O ideal é que haja por parte dos educadores uma preocupação com um planejamento voltado ao ensino da linguagem escrita e conseqüentemente , ao desenvolvimento da leitura.

Para que isso se efetive na prática, o contato com os pais é imprescindível, buscando estabelecer uma identificação com os códigos da linguagem construídos pela criança, visando facilitar a interação entre o educador, a criança e a mediação do mesmo nos contatos com o grupo.

A escola não estará então, se atendo apenas ao contexto do aluno, mas a partir dessa contextualização, terá a possibilidade de formalizar as situações de vivência incorporando novos saberes. Isto não acontecerá de um dia para o outro, é uma conquista processual, gradativa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatiza o trabalho com leitura e escrita na escola, orientando para que seja exposto aos alunos uma diversidade de textos que possibilitem a expressão oral e escrita que vem ao encontro das necessidades dos educandos e aos interesses do professor.

Diante disso, a escola deve propor inúmeras atividades que desafiem o aluno a utilizar a linguagem nas suas mais variadas formas (oral, escrita, gestual).Essa postura objetiva facilitar a sistematização do saber incentivando para que os alunos, se apropriem da norma culta de maneira autônoma, sem traumas.

A aprendizagem acontece efetivamente quando conseguimos manter os traços culturais formadores da nossa identidade e ao mesmo tempo nos “libertamos”

cognitivamente, ou seja, como educadores respeitamos a variedade lingüística dos alunos, mas também ensinamos a norma culta, sem o objetivo de testar saberes, mas o de estreitar uma relação amorosa entre o sujeito que lê e o objeto lido.

A iniciação da criança no mundo da leitura e da escrita ocorre antes do seu ingresso na escola. Ao se deparar com rótulos de produtos industrializados, realiza suas primeiras tentativas de leitura: a leitura da imagem.

“As primeiras escritas aparecem, do ponto de vista gráfico, como linhas onduladas, quebradas ou bolinhas. Todo esse conhecimento prévio que a criança possui, embora não convencional, deve ser aproveitado pela escola”. (MONTARO, 1999, p. 12).

Diante desse pressuposto, torna-se imprescindível o professor adotar práticas sociais de leitura e escrita, abolindo os valores silábicos convencionais que muitos insistem em utilizar. Vários métodos foram surgindo, com o passar do tempo, mas pouco contribuíram para a mudança dos procedimentos de ensino.

“A partir do momento em que a criança é colocada numa situação de leitura, ela inicia o desenvolvimento dessa aprendizagem”. (FERREIRO, 1992, p. 13).

O leitor vai sendo transformado, refinado e vai aperfeiçoando suas estratégias, assim, parece possível uma mudança de orientação do ensino escolar da leitura.

As recentes investigações parecem indicar uma certa semelhança entre o processo de aprendizagem da fala e a aprendizagem da leitura, se é falando que a criança aprende a falar, é bem provável que, lendo a criança aprenda a ler.

1.4 Principais dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita pelos alunos no 1º ciclo ensino fundamental

Dentre os distúrbios de aprendizagem, nota-se com maior freqüência e intensidade a deficiência na aquisição e desenvolvimento da Leitura e Escrita.

Relatos são conhecidos por todos, sobre alunos que não aprendem Matemática, História, Ciências, etc., não por serem portadores de dificuldades específicas nas referidas áreas, mas por faltarem-lhes o instrumental básico, ou seja, na leitura a possibilidade de compreensão, a capacidade para interpretar, abstrair,

inferir e estabelecer relações entre os fatos contextuais e na escrita o domínio da língua (da micro à macro estrutura), a capacidade para relacionar os dados e redigílos de forma clara e coerente, respeitando os manejos gramaticais pertinentes e básicos à redação.

A leitura e escrita são processos muito complexos e as dificuldades podem ocorrer de maneiras diversas, além disso temos a aquisição da leitura e escrita como fator fundamental e favorecedor dos conhecimentos futuros; é uma ferramenta essencial, ou mesmo a estrutura mestra onde serão alicerçadas as demais aquisições.

É apoio para as relações interpessoais, para a comunicação e leitura de seu mundo interno e externo.

Uma criança que não tenha solidificado realmente sua alfabetização, poderá tornar-se frustrada diante da educação formal, terá deficitário todo seu processo evolutivo de aprendizagem, apresentará baixo rendimento escolar e pouco a pouco sua auto estima estará minada, podendo manifestar ações reativas de comportamento anti-social, bem como levá-la ao desinteresse e muitas vezes até a evasão escolar.

O problema pode ainda decorrer em outros secundários que acabarão se tornando tão ou mais graves daqueles originais que produziram a ineficiência da alfabetização.

Consideramos um indivíduo realmente alfabetizado não apenas quando mecanicamente decodificar sons e letras ou seja, quando puder transpor os sons para as letras ao escrever e das letras para os sons ao ler, mas de forma efetiva, ou seja quando tiver automatizado o processo, sem precisar recorrer a todo instante aos passos necessários a esta atividade; e sobretudo quando puder utilizar-se desta habilidade para obter outros conhecimentos; para assimilar e montar esquemas internos que o permitam transformar os elementos brutos da realidade e que possa operacionalizar o processo contínuo de sua própria alfabetização já que ela não é um fim em si mesma, e da aprendizagem enquanto um todo. (SENA, 2000, p18).

A aquisição deste processo todavia, depende da oralidade, da aprendizagem da fala, que na criança parece evoluir a partir da compreensão da linguagem (linguagem interna) para a efetiva expressão da mesma (fala).

Para desenvolver os estágios superiores da linguagem: a compreensão da palavra impressa (a leitura) e a expressão da palavra impressa (a escrita), a criança precisa (além de ter sedimentado de forma harmoniosa as etapas da oralidade), ser

capaz de articular todos os sons da língua, o que normalmente se determina aos seis anos (observadas as diferenças maturacionais de cada indivíduo).

Requer ainda a ampliação e domínio do universo vocabular. Outra etapa necessária que precisa ser vencida é a capacitação para analisar as palavras em seus segmentos subsilábicos, isto é analisar os sons, que as compõem.

Esta possibilidade é a chamada consciência lingüística ou fonológica. Sabemos que até os seis anos, observando sempre as características individuais, a criança só consegue segmentar palavras em sílabas, a partir desta idade passa a poder segmentá-las nas unidades mínimas: as vogais e consoantes.; quando essa habilidade ocorrer podemos afirmar que a criança passa a ter uma consciência metalingüística da mesma, a consciência fonológica, que a permite analisá-la mais eficientemente.

Ainda analisando sob o viés do indivíduo, temos como outro aspecto importante para garantir este processo, que a criança tenha um nível suficiente de habilidades específicas como: o desenvolvimento da Motricidade Geral, da Integração Sensório-motora (esquema corporal, lateralidade, sentido de direção, conceito de direita e esquerda, ritmo, orientação espaço-temporal), das Habilidades Perceptivo-motoras (visão, audição, memória). (SENA,2000).

Estas capacidades precisam ser estimuladas, já que contribuem para a viabilização do processo da leitura e escrita, ou impõem-se como impedimento para a aquisição do mesmo.

O atraso específico na leitura pode ser de natureza de déficit cognitivo, especificamente na esfera da capacidade verbal..

Outro aspecto que merece ser analisado refere-se à compreensão do texto. Sabe-se que há uma estreita relação entre a capacidade da leitura mecânica e a possibilidade de compreensão, assim sendo a criança que apresenta pouca eficiência na leitura, conseqüentemente apresentará dificuldades severas na compreensão do que lê.

Por outro lado há indivíduos que mesmo não apresentando deficiência na identificação das palavras, ou seja, mesmo podendo traduzir literalmente as idéias propostas no texto, manifestam dificuldades para compreendê-lo, para estabelecer uma análise inferencial e crítica.

São crianças com déficits específicos de compreensão, encontrados principalmente no 1 ciclo do ensino fundamental.

“Sobre os aspectos mais relativos à escrita, temos que, assim como na aquisição da fala a linguagem receptiva antecede a expressiva, no sistema visual a leitura antecede a escrita” (SENA,2000).

Desta feita, a maior parte dos distúrbios da expressão da palavra impressa, a escrita, é decorrente da ineficiência da leitura, todavia há indivíduos que mesmo sendo bons leitores apresentam distúrbios na expressão escrita.

As causas dos distúrbios de aprendizagem na área da leitura e da escrita podem ser orgânicas envolvendo cardiopatas, encefalopatias, deficiências sensoriais, motoras e intelectuais, disfunção cerebral, psicológicas ligadas a desajustes emocionais, ansiedade, insegurança e alta-estima, também está inserido as práticas pedagógicas relacionadas aos métodos inadequados de ensino, o mau desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para o processo de aprendizagem, método do professor, atendimento nas classes entre outros fatores influentes o ensino e aprendizagem , sócio-culturais que diz respeito a falta d estimulação.

A memória é uma das características que se apresenta relacionada à dificuldade auditiva e visual de reter informações.

Não podemos deixar de citar a dislexia, que é umas das causas dos distúrbios de leitura, e se apresenta em crianças com dificuldades em identificação de símbolos gráficos, letras e números no início da alfabetização e que leva a um fracasso nas áreas que defendem leitura e escrita.

Outro problema é a discografia que é a dificuldade de idealizar na escrita, o que captou no plano visual, daí apresenta a desordenação no texto, a falta de margem e de limites na forma das letras. Juntamente com esse vêm os distúrbios da disgrafia e erros de formulação e sintaxe.

CAPÍTULO II

UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

2.1 A prática pedagógica

As relevantes modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, dentre elas o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento de novas maneiras de pensamento sobre o saber e sobre o processo pedagógico, têm refletido principalmente nas ações dos alunos no contexto escolar, o que tem se tornado ponto de dificuldade e insegurança entre professores e agentes escolares resultando em forma de comprometimento do processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, faz-se necessário à busca de uma nova reflexão no processo educativo, onde o agente escolar passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seu aluno, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo. Conforme (GADOTTI, 1992, p. 13):

A sociedade atual se vê confrontada com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde o desenvolvimento e as descobertas ocorrem em frações de segundos, ocasionando um certo desgaste e comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino, colocando a sala de aula como um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, enfatizando a vivência social o requisito primordial para a busca de aprendizado.

Diante do exposto, é facilmente observado que a busca pelo conhecimento não tem sido o foco de interesse principal da sociedade, pois a atualização das informações tem ocorrido de forma acessível a todos os segmentos satisfazendo de uma forma geral aos interesses daqueles que as buscam.

Dessa forma, a escola nesse contexto tem alternativa rever suas ações e o seu papel no aprimoramento da sua prática educativa, sendo que, uma análise sobre seus conceitos didático-metodológicos precisa ser feita, de forma a adequar sua postura pedagógica ao momento atual e principalmente colocar-se na posição de organização principal e mais importante na evolução dos princípios fundamentais de uma sociedade, cumprindo assim sua função transformadora e idealizadora de conhecimentos científico-filosóficos pautando o resultado de suas ações em saber concreto.

2.1.1 A prática pedagógica da atualidade

O processo educacional sempre foi alvo de constantes discussões e apontamentos que motivaram sua evolução em vários aspectos, principalmente no que tange a condução de metodologias de ensino por nossos educadores e a valorização do contexto escolar formador para nossos alunos. Nesse aspecto(GADOTTI, 2004, p.4), pesquisador desse processo afirma que:

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro.

Diante de transformações sociais, onde informações e descobertas acontecem em frações de segundo, o processo de desenvolvimento da escola entra na pauta como um dos mais importantes aspectos a serem discutidos neste processo, pois é nela que são promovidas as mais importantes formulações teóricas

sobre o desenvolvimento cultural e social de todas as nações, dessa forma, a pesquisa educacional acaba tomando um lugar central na busca de perspectivas que possibilitem uma nova prática educacional, envolvendo principalmente os agentes que conduzem o ambiente escolar, transformando o ensino em parte integrante ou principal na motivação dessas transformações.

Com as constantes modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, dentre elas o desenvolvimento de tecnologias e o aprimoramento de um modo de pensar menos autoritário e menos regrado, os agentes educacionais e a escola de uma maneira geral, vêm vivenciando um processo de mudança que tem refletido principalmente nas ações de seus alunos e na materialização destas no contexto escolar, fato que tem se tornado ponto de dificuldade e insegurança entre professores e agentes escolares de forma geral, configurando em forma de comprometimento do processo ensino-aprendizagem, sobre isso, (GADOTTI, 2000, p. 6) afirma que:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.

É perceptível que o saber científico a busca pelo conhecimento, tem fugido do interesse da sociedade em geral, pois a atualização das informações tem ocorrido de forma acessível a todos os segmentos satisfazendo de uma forma geral aos interesses daqueles que as buscam.

A escola nesse contexto tem por opção repensar suas ações e o seu papel no aprimoramento do saber, e para isso, uma reflexão sobre seus conceitos didático-metodológicos precisa ser feita, de forma a adequar-se ao momento atual e principalmente colocar-se na postura de organização principal e mais importante na evolução dos princípios fundamentais de uma sociedade.

2.2 Alternativas metodológicas para o processo da leitura e da escrita

O trabalho a partir dos projetos de leitura e escrita, pode transformar o espaço escolar em um espaço aberto à construção de aprendizagens significativas.

Permite por isso, ao aluno constituir-se como um verdadeiro leitor/produtor de textos, alguém que produz um discurso inserido numa situação de comunicação, a partir de situações concretas, em que sabe o que está fazendo, para quê e para quem o faz, e dessa forma desenvolve estratégias de autonomia no ato de ler e escrever.

2.2.1 Saber como funciona a linguagem escrita.

Nosso sistema de escrita funciona segundo um princípio alfabético: a quantidade de letras de uma palavra corresponde, a grosso modo, ao número de sons que compõem a palavra. Algumas crianças chegam à escola com a compreensão do princípio alfabético.

Outras pensam que o número de letras de uma palavra é igual ao número de sílabas de uma palavra, enquanto outras, sequer entenderam que as letras escritas tem relação com os sons das palavras. Devemos lembrar sempre que as crianças não chegam à escola com o mesmo nível de compreensão que do seja ler e escrever.

Como professores precisamos ter consciência de que os conhecimentos, para poderem ser ensinados, passam necessariamente por uma transformação em relação aos seus contextos de origem, porém, é muito importante evitar que nesta transformação percam seu significado, seu sentido original.

Ao mesmo tempo em que se preserva o sentido do objeto do conhecimento é indispensável que se proteja o sentido deste saber do ponto de vista do sujeito que trata de reconstruir esse objeto, isto é: a criança. Por essa razão, a transposição didática deve implicar em fidelidade ao saber de origem assim como fidelidade às possibilidades do sujeito de atribuir um sentido ao dito saber.

Deste modo ante um conhecimento complexo tendemos a delimitá-lo em conhecimentos parciais, porque partimos da suposição que a fragmentação facilita a compreensão.

Mas, ao delimitá-los em fragmentos autônomos, provocamos sua descontextualização, porque na realidade os fragmentos que separamos fazem parte de complexos processos de inter-relações e assim estamos desconectando a rede de problemáticas que lhes dão sentido completo.

Assim, instauramos uma ruptura entre o modo de ensinar e o modo de aprender, pois que o sujeito que aprende não se depara com a realidade analisando um pedaço de cada vez, e sim, o faz, tratando de entender como funciona, analisando os aspectos que seus esquemas cognoscitivos lhe permitem observar, tratando de encontrar e dar um sentido ao que está fazendo.

2.3 Fatores que influenciam positivamente par ao aprendizado da leitura e escrita no 1° ciclo do Ensino Fundamental.

Aprendizagem da leitura e da escrita está condicionada a diversos fatores, que poderão contribuir para um bom ou ruim desempenho da aprendizagem leitora e para o desenvolvimento eficaz da linguagem escrita.

A escrita apresenta em qualquer língua aspectos da fala. A leitura deve ultrapassar a simples representação gráfica e decodificação de símbolos, é antes de tudo, uma compreensão e entendimento da expressão escrita.

O professor que trabalha com o ensino de leitura e escrita devem, primeiramente, reconhecer a estruturam e organização do sistema gráfico para criar estratégias de ensino, de acordo com sua visão profissional e também pensando nos alunos e suas necessidades, é que, podem centralizar e auxiliar seus alunos na superação de eventuais dúvidas de leitura e ortografia.

Uma das grandes preocupações é que muitos alfabetizadores não têm informação especializada para exercer bem sua função, então se deve pensar em orientações para que esse profissional busque recursos para aprimorar o conhecimento, aprender novas técnicas, pesquisar e ler materiais, livros, artigos de especialistas, que tenham uma visão geral de como ocorre os processos de aquisição da linguagem, da leitura e da escrita.

Deve-se para tanto reconhecer a estrutura da língua e as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos para que possam se tornar instrumentos de intervenção que possibilitem levar os alunos a superar obstáculos e construir o aprendizado.

E isso é muito gratificante para o profissional, pois ele não se sentirá frustrado nem temeroso, mas sim, capaz de alfabetizar seus alunos, realizando um

trabalho sério e bem feito, apoiado em conceitos, análises e experiências, baseando em pesquisas, utilizando assim, os melhores métodos.

Além de possuir conhecimentos referentes ao ensino da disciplina, o professor deve mostrar aos alunos que cada letra (grafema) é representada por unidades sonoras (fonemas) fato que pode dificultar a compreensão do processo de leitura.

Criar maneiras, oportunidade, para que a criança tenha mais contato com o alfabeto, com as palavras, com os textos, pode levá-los a entender melhor a pronúncia e a escrita de determinadas palavras, que lhes causam confusão. Explicar a origem das mesmas poderá facilitar esse processo.

Mostrar que a língua possui suas regras e arbitrariedades e que será preciso memorizar algumas palavras (forma como se escreve) e em caso de dúvida, é bom ter o dicionário como aliado, poderá auxiliar no desempenho das atividades de leitura e escrita.

É importante comentar que o alfabetizador deve ter consciência em adquirir conceitos relacionados à leitura e escrita, como um processo gradual, em que os estudantes irão alcançar maturidade cognitiva em relação à linguagem. Irão ocorrer alguns erros dos alunos, até que eles por si só (com o auxílio do educador) alcancem um nível de automatização da linguagem. Caber ressaltar as afirmações da autora

(...) muitas crianças chegam a escola num estado de relativa confusão cognitiva em relação, que os objetivos da leitura, quer às propriedades formais da linguagem escrita. O sucesso da aprendizagem da leitura está condicionada pela evolução infantil deste estado de confusão cognitiva para uma maior classificação dos conceitos funcionais e das características alfabéticas da linguagem escrita” (SILVA. 2003. p.85)

Alguns alfabetizadores ensinam as palavras através da pronúncia das mesmas, mas deve ficar claro que existem variações nas formas de falar das pessoas, ocorre variações de uma região para outra, então o interessante é relacionar letra e som exemplificando em que situações ocorrem às possibilidades de diferentes pronúncias.

Por exemplo, a palavra “mal” e “mau”, que possuem pronúncias idênticas. O alfabetizador nessa situação deve ensinar, não utilizando uma pronúncia diferente da comum, mas sim utilizando o contexto a significação para que os alunos possam aprender a diferenciar tais palavras.

Deve respeitar as variedades lingüísticas e tomar cuidado para não cometer discriminação ou algum tipo de preconceito que poderá inibir o aluno, e não, ajuda-lo a aprender. Deve-se mostrar que existem muitas formas de falar, porém que a escrita deve ser única e segue determinadas normas.

È importante que se estimule o desenvolvimento da memória, pois existem várias regras e com algumas exceções que não se encaixam nestas regras ensinadas. Assim deve-se pensar o aluno como um ser capaz, que está em contínuo processo de desenvolvimento.

Pode-se analisar algumas competências dos alunos através de ditado e promover uma auto-correção, ou seja, apenas sublinhar a palavra errada e pedir aos alunos que pesquisem no dicionário e reescreva corretamente. Esse processo vai permitir uma maior familiarização desenvolvimento da capacidade cognitiva

A leitura deve ser vista como um processo dinamizado pela corrente energética que perpassa todas as relações ocorridas na sala de aula, todos os alunos devem vê-la como uma forma de interação com seus colegas e com o meio.

Deve-se enfatizar, no entanto, que deverá existir uma paixão lúcida do professor pela leitura e uma vontade construtiva do aluno que passará a influenciar no processo de aprendizagem da linguagem.

O trabalho com obras literárias deve facilitar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, pois a possibilidade de novos olhares e gestos de leitura pode causar transformações efetivas no trabalho escolar e de forma mais direta no trabalho com textos que interagem com o meio literário.

Através do estudo dos processos que envolvem a aquisição leitora podemos distinguir três tipos de problemas significativos na aprendizagem de leitura: as crianças que encontram dificuldades para aprender a ler, as crianças que lêem de forma passiva e as crianças que tem dificuldades na compreensão.

Os modelos de leituras são elementos que constituem a compreensão dos processos cognitivos implicados na aquisição da literatura. Segundo (FERREIRO, 1997, p. 11): “Esses questionamentos são essenciais para futuros docentes que desejam enriquecer seus conhecimentos tendo uma visão ampla e reflexiva em se tratando de formar alunos com um aprendizado mais satisfatório e eficiente”.

Considerando tais fatos muitos estudiosos como Ferreiro, Downing, Chauveau e Hiebert e Raphael desenvolveram vários modelos a partir da década de oitenta, procurando inserir na aprendizagem de leitura um conjunto de fatores

cognitivos, sociais e pedagógicos, levando em consideração as singularidades do código alfabético e os componentes utilizados nas atividades leitoras.

Esta clareza cognitiva encara como aquisição de uma habilidade aprendizagem de leitura, igualando a situação à destreza de apreensão de qualquer outro aprendizado. Conforme (GADOTTI, 1992, p. 23):

A aquisição da literacia com base nesse modelo corresponde a três fases: cognitiva, de domínio e de automatização. A primeira fase consiste na apropriação das funções e dos aspectos técnicos de atividade de leitura para as crianças, com isso, os aprendizes terão de assimilar os objetivos comunicativos da escrita e descobrir a relação que há entre a linguagem oral e escrita.

Muitas crianças chegam à escola com o que se pode chamar de “confusão cognitiva”, ou seja, num estado de não compreensão e diferenciação tanto das propriedades formais da escrita como dos objetivos da leitura.

É esse estado de confusão quando evoluído que gera o bom da aprendizagem leitora, pois assim as crianças vêem de forma mais clara os conceitos funcionais e as características alfabéticas da linguagem escrita. As crianças somente alcançarão à segunda fase quando obtiverem uma representação definida da tarefa de ler.

É baseada no exercício das operações básicas da tarefa de ler até conseguir um nível automatizado que se consiste a fase de domínio. Quando as crianças atingem um nível fluente de leitura pode-se dizer que já chegaram a terceira fase ou automatização. Conforme (SENA, 2000, p. 43), existem:

Oito postulados resumem esse modelo, dentre ao quais podemos destacar pontos como a escrita sendo um código visual representativo dos aspectos da fala para qualquer idioma; o processo aquisitivo residir na redescoberta das funções e regras de codificação do sistema escrito; os conceitos em relação às funções e características da linguagem oral e escrita a serem abordados pelas crianças como tarefa de aprender a ler; o alargamento da clareza cognitiva surgia a partir da acumulação de novas sub-habilidades de leitura e a teoria da clareza cognitiva ter aplicação a todas as línguas e sistemas escritos.

Inspirada nos princípios piagetianos a perspectiva psicogenética da aprendizagem de leitura atribui à criança um papel de sujeito ativo que se questiona em frente ao código escrito, ou seja, o objeto de conhecimento a quem tem acesso relativamente cedo.

A leitura não é um processo simples, que consiste na aprendizagem de uma série de tarefas mecânicas; é concebida como uma conduta muito complexa e elaborada, de caráter criativo na qual o sujeito é ativo quando a realizar e põe em ação todos os conhecimentos prévios neste caso do tipo lingüístico ou mais especificamente, do tipo gramatical.

O ato de aprender a ler é sem dúvida o maior desafio que todas as crianças têm que enfrentar nas fases iniciais de sua escolarização. Isto porque o mundo que nos cerca é totalmente dominado por informações escritas. Cabe a criança superar esse desafio e desenvolver essa capacidade leitora o qual é o primeiro passo para cada criança que freqüenta a escola, seja no futuro um cidadão efetivamente livre e independente nas suas decisões.

Com base nos estudos e investigações sobre o aprendizado da Leitura bem como suas dificuldades encontramos alguns modelos que favorecem estratégias para o melhor aprendizado da literacia, são modelos que em sua maioria assumem a idéia de que a aprendizagem se inicia com estratégias não alfabéticas, as quais requerem a ligação na memória entre pistas visuais e palavras.

Todos eles defendem que a compreensão infantil do princípio alfabético é o fator mais importante para se acender a uma leitura fluente. A leitura é aquela em que literalmente lemos e entendemos, ou seja, o entendimento é à base do aprendizado da leitura. Para melhor compreender, vale observar a definição do autor abaixo:

Em contextos mais gerais, esta base do entendimento é também chamada, pelos psicólogos, de estrutura cognitiva. O termo é bastante bom, porque cognitivo significa conhecimento e estrutura implica organização do conhecimento, e isto é o que, na verdade, temos em nossas cabeças uma organização do conhecimento. (Smith 2003, p.22)

Aprendemos a ler, através da leitura, acrescentando coisas aquilo que já sabemos. Está claro pelas afirmações acima que a compreensão e o aprendizado da leitura são fundamentalmente a mesma coisa.

Para entendermos melhor o processo de compreensão leitora, devemos considerar o que já temos em nossas mentes que nos permite extrair um sentido de mundo ou o que chamamos de “conhecimento prévio”

Outro saber que implica numa capacidade fundamental, a competência grafo-fonética e a de decodificação. Decodificar além de requerer o desenvolvimento da

reflexão e manipulação sobre a língua oral, considerando o sistema de escrita alfabético exige também, o conhecimento dos valores fônicos das letras e suas combinações.

Na descoberta e exploração textual, são necessárias dois tipos de competências básicas, as verbo-preditivas que se servem do contexto lingüístico e as textuais que controlam as estruturas e estabelecem ligações entre as partes de um texto.

Os mecanismos que constituem a compreensão leitora são estudos fundamentais para educadores quem desejam enriquecer seus conhecimentos sendo capaz de fazer a diferença no aprendizado escolar.

CAPÍTULO III

A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

A realidade que se apresenta nas escolas, no que diz respeito ao rendimento qualitativo e ao comportamento de seus alunos, tem preocupado e suscitado uma série de estudos sobre o rendimento escolar de nos educandos.

O termo “rendimento escolar” leva a inferência ao sucesso qualitativo e quantitativo do educando. Diz-se rendimento escolar referindo-se a formação de um cidadão pro - ativo e consciente de seu papel em sociedade, tal comportamento vai além do conhecimento intelectual.

Segundo Vicente Martins (2005,)

A Lei de Diretrizes e bases – LDB, ao disciplinar a estrutura e o funcionamento da educação básica, determina, no seu art. 23, que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Este princípio de flexibilidade de organização curricular orienta também, ainda no inciso V do artigo 23, que a verificação do rendimento escolar observará o seguinte critério: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Assim, é possível definir que o rendimento escolar é muito mais amplo e complexo do que parece, exigindo esforço e dedicação não só dos pais e professores, mas do aluno – que é agente ativo de todo o processo.

Cervera (2007,) comenta que “Os pais, não podem esquecer que o protagonista da aprendizagem é o filho, o estudante, que nunca pode ser sujeito passivo do processo educativo”.

A educação escolar baseia-se na formação do indivíduo em um cidadão crítico reflexivo e que tenha consciência de seu importante papel na construção – ou desconstrução – da sociedade em que está inserido.

Com base no conceito supracitado é que se faz vital a compreensão sobre o conceito do termo aprendizagem – rendimento escolar – para o alcance de objetivos satisfatórios no processo em questão. Visto que, havendo uma homogeneidade quanto a conceitos básicos pertencentes à questão educativa, haverá, por conseguinte, uma coerência nas ações dos agentes nela envolvidos.

De acordo com Cervera (2007):

“Para a aquisição de conhecimentos não basta que os professores expliquem e exijam, é preciso que o aluno realize o trabalho correspondente de aprender, que não é só ‘compreende’ mas analisar, completar ou ampliar, memorizar, etc”.

Percebe-se, então, que o rendimento escolar, não se resume as notas, mas a uma série de ações que culminam em um aprendizado qualitativo, atrelando boas notas ao verdadeiro aprendizado.

Sendo assim, torna-se indispensável à compreensão familiar de que as notas são conseqüências e não objetivo fundamental do processo educativo, o que deve ser, de fato, levado em consideração é o esforço e dedicação do aluno (filho) que, inevitavelmente, alcançará boas notas.

Segundo Gokhale (2007, p. 23):

Os pais devem evitar as reações desproporcionadas perante ‘as notas’. Dissemos que o importante é o esforço que o filho despendeu, não os resultados alcançados. Uma nota elevada sem esforço não merece um prêmio e, por vezes, uma aprovação pode ser motivo para uma celebração.

Deve-se ter a consciência de que nem sempre as melhores notas são conseqüências de grandes esforços e vice-versa. O foco central deve ser a aprendizagem significativa.

3.1 Contribuição da escola na aprendizagem do aluno

Como processo complexo que acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida, a ação educativa está vinculada a inúmeros agentes, múltiplas experiências e incontáveis fontes de aprendizagem, a maioria dos quais de difícil controle.

A vida é essencialmente educativa, mas os rumos e os produtos de “sua pedagogia”, particularizados nas histórias de cada um de nós, são absolutamente imprevisíveis. Parte integrante do processo educativo, mas configurando-se como iniciativa diferenciada, a escolarização parece ser a alternativa única e insubstituível de conduzir a formação humana sob modos de intervenção planejados à luz de princípios éticos, culturais, cognitivos, sociais. (GADOTI, 1992, p. 3).

Ao longo da história, a escola consagrou-se como instituição especializada em ensinar, sem contudo resolver a polêmica relação entre a aprendizagem e o processo educativo. Por um lado, é possível vislumbrar a “educação como um subproduto do ensino”, isto é, como uma consequência previsível a partir da assimilação de certo estoque de conhecimento.

As escolas devem preparar os mais jovens para que estes desenvolvam uma “inteligência versátil” nos termos descritos por Willian T. Harris: uma inteligência que proporciona aos indivíduos condições de aprender novas tarefas e de se tornarem senhores de suas próprias vidas.

Elas devem ensinar o uso da linguagem simbólica e das idéias abstratas. Elas devem ensinar os mais jovens a respeito da cultura e do mundo no qual vivem, e a respeito de culturas que existiram tempos atrás e em lugares muito distantes.

Se souberem e realizarem o que fazem bem, as escolas podem escapar de modas e panacéias que muitas vezes lhes foram impostas por pressão de grupos, legisladores, e por entusiastas bem intencionados.

As escolas não podem competir com a riqueza visual da televisão, com a Internet ou com o cinema. Mas a mídia, errática e impessoal, não pode competir com professores que conhecem, inspiram e guiam os mais jovens para uma maturidade responsável. Segundo (GADOTI,1992, p. 30):

Três grandes erros dominam certo pensamento sobre as escolas: o primeiro grande erro é a expectativa de ver as escolas como instituições capazes de resolver todos os problemas da sociedade; o segundo é a crença de que apenas uma parcela das crianças precisa de educação acadêmica de alta qualidade; o terceiro é a crença de que as escolas precisam enfatizar as experiências imediatas dos estudantes e minimizar (ou até mesmo ignorar) a transmissão do conhecimento.

O primeiro destes pressupostos leva à perda de foco, afastando as escolas de sua missão mais básica; o segundo contribui para baixos desempenhos e favorece políticas antidemocráticas; o terceiro priva os mais jovens de aprender com a experiência de outros, e impede que eles possam subir sobre os ombros de gigantes em qualquer campo do pensamento e da ação.

Talvez no passado fosse possível deixar sem educação uma parcela importante da população sem causar sério prejuízo à nação.

Hoje não. A educação em nosso tempo, mais do que em qualquer outra época, é a chave para uma participação integral na sociedade.

Um rapaz ou moça que não possa ler, escrever, ou usar matemática está privado de qualquer oportunidade educacional. Um homem ou mulher sem uma boa escola fundamental e média está virtualmente afastado da educação superior, de muitas carreiras desejáveis, da participação em nosso sistema político, e da apreciação dos grandes tesouros estéticos da civilização.

A sociedade que permite que um vasto número de seus cidadãos permaneça deseducado, ignorante, ou semi-alfabetizado desperdiça sua maior riqueza, a inteligência de seu povo.

As disciplinas ensinadas na escola são de uma validade singular, tanto para os indivíduos como para a sociedade. Uma sociedade que não ensina ciências para todos favorece a proliferação de movimentos irracionais e de sistemas de crenças anti-científicos. Conforme (GADOTI, 1992, p.50):

Uma sociedade que volta suas costas ao ensino de história encoraja a amnésia das massas, fazendo com que as pessoas ignorem eventos e idéias importantes do passado da humanidade, e provocando a erosão da inteligência cívica necessária para o futuro. Uma sociedade democrática que deixa de ensinar às gerações mais jovens seus princípios de auto-governança coloca tais princípios em risco.

As escolas não vão se tornar obsoletas por causa das novas tecnologias uma vez que seu papel como instituição de aprendizagem tornou-se mais importante hoje do que o foi no passado.

A tecnologia pode complementar as escolas, não substituí-las. Mesmo as tecnologias eletrônicas mais avançadas são incapazes de converter seus mundos de informação em conhecimento maduro, uma forma de mágica intelectual que requer professores competentes e bem preparados.

Para serem bem sucedidas, as escolas precisam estar voltadas para sua missão fundamental de ensinar e aprender. E elas precisam fazer isso para todas as crianças. Essa deve ser a meta mais abrangente das escolas no século XXI. A importância da aprendizagem na vida do indivíduo pode variar de uma espécie para outra.

Entre os animais inferiores as experiências apreendidas constituem apenas uma parte pequena das reações totais de seu organismo. A aprendizagem é lenta e

intuitiva. Caso peguemos o exemplo dos protozoários, podemos observar que a ciência nos indica que o aprendizado para esses não exerce qualquer influência sobre suas vidas.

Já nascem com seus organismos praticamente desenvolvidos. Não possuem infância e têm escassa capacidade de aprendizado.

Quanto mais evoluído o ser podemos notar que a capacidade de aprendizagem, o período de maturação (infância) e a importância para a sua vida que se constitui o aprendizado, aumentam. Na vida humana o aprendizado se inicia com o, ou até antes, do nascimento e se prolonga até a morte. Conforme (VIGOTSKY, 1986, p.13):

Se pretendermos compreender o comportamento e as atitudes humanas, os ideais e as crenças, as habilidades e os conhecimentos que caracterizam qualquer ser humano, estaremos sem dúvida, tentando compreender seu processo de aprendizagem. É pois pela aprendizagem que o homem se afirma como ser racional, constitui sua personalidade e se prepara para cumprir o papel que lhe é reservado na sociedade a qual pertence.

A contribuição que a escola tem dado à aprendizagem, não como único fator de geração de conhecimentos, mas como organizadora dos conteúdos e saberes, tem sido estudada e contestada por muitos estudiosos. A escola contribui de forma decisiva na vida do aluno. Convive diretamente crianças com dificuldades, As crianças com dificuldades de aprendizagem não são crianças incapazes, apenas apresentam alguma dificuldade para aprender.

São crianças que tem um nível de inteligência bom, não apresentam problemas de visão ou audição, são emocionalmente bem organizadas e fracassam na escola. Para Guerra (2001) crianças com dificuldades de aprendizagem não são deficientes, não são incapazes e, ao mesmo tempo, demonstram dificuldades para aprender. Incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagem.

Para Strick e Smith (2001), as dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico.

As dificuldades são definidas como problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas, e elas só podem ser formalmente identificadas até que uma criança comece a ter problemas na escola.

As crianças com dificuldades de aprendizagem são crianças suficientemente inteligentes, mas enfrentam muitos obstáculos na escola. São curiosos e querem aprender, mas sua inquietação e incapacidade de prestar atenção tornam difícil explicar qualquer coisa a eles. Essas crianças têm boas intenções, no que se refere a deveres e tarefas de casa, mas no meio do trabalho esquecem as instruções ou os objetivos.

Vygotsky (1989) afirma que o auxílio prestado à criança em suas atividades de aprendizagem é válido, pois, aquilo que a criança faz hoje com o auxílio de um adulto ou de outra criança maior, amanhã estará realizando sozinha. Desta forma, o autor enfatiza o valor da interação e das relações sociais no processo de aprendizagem.

Segundo Fonseca (1995), a aprendizagem é uma função do cérebro. A aprendizagem satisfatória se dá quando determinadas condições de integridade estão presentes, tais como: funções do sistema nervoso periférico, funções do sistema nervoso central, sendo que os fatores psicológicos também são essenciais.

Vários estudos têm assegurado que os dois hemisférios do cérebro trabalham em conjunto. Ainda de acordo com o autor, o hemisfério esquerdo é responsável pelas funções de análise, organização, seriação, atenção auditiva, fluência verbal, regulação dos comportamentos pela fala, praxias, raciocínio verbal, vocabulário, cálculo, leitura e escrita. É o hemisfério dominante da linguagem e das funções psicolinguísticas.

O hemisfério direito é responsável pelas funções de síntese, organização, processo emocional, atenção visual, memória visual de objetos e figuras. O hemisfério direito processa os conteúdos não-verbais, como as experiências, as atividades de vida diária, a imagem as orientações espaço-temporais e as atividades interpessoais.

O autor refere que para que uma criança aprenda é necessário que se respeitem várias integridades, como o desenvolvimento perceptivo-motor, perceptivo e cognitivo, e a maturação neurológica, além de inúmeros aspectos psicossociais, como: oportunidades de experiências, exploração de objetos e brinquedos, assistência médica, nível cultural, etc.

Souza (1996) coloca que os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível

sócio-econômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo.

O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, etc, e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, auto-estima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

A autora ressalta que em consequência do fracasso escolar, devido à inadequação para a aprendizagem, a criança é envolvida por sentimentos de inferioridade, frustração, e perturbação emocional, o que torna sua auto-imagem anulada, principalmente se este sentimento já fora instalado no seu ambiente de origem.

Se o clima dominante no lar é de tensões e preocupações constantes, provavelmente a criança se tornará um acriança tensa, com tendência a aumentar a proporção dos pequenos fracassos e preceitos próprios da contingência da vida humana.

Se o clima é autoritário, onde os pais estão sempre certos e as crianças sempre erradas, a criança pode se tornar acovardada e submissa com professores, e dominadora, hostil com crianças mais jovens que ela, ou pode revoltar-se contra qualquer tipo de autoridade.

Se o clima emocional do lar é acolhedor e permite a livre expressão emocional da criança, ela tenderá a reagir com seus sentimentos, positivos ou negativos, livremente.

Strick e Smith (2001) ressaltam que o ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves.

Para Fernandez (1990) quando o fracasso escolar se instala, profissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos) devem intervir, ajudando através de indicações adequadas.

Souza (1996) afirma que o ambiente de origem da criança é altamente responsável pelas suas atividades de segurança no desempenho de suas atividades e na aquisição de experiências bem sucedidas, o que faz a criança obter conceito positivo sobre si mesma, fator importante para a aprendizagem.

Para Garcia (1998) é possível conceber a família como um sistema de organização, de comunicação e de estabilidade. Esse sistema, a família, pode desordenar a aprendizagem infantil, o mesmo que podem fazer os fatores sociais tais como a raça e o gênero na escola.

Para Strick e Smith (2001) a rigidez na sala de aula para as crianças com dificuldades de aprendizagem, é fatal. Para progredirem, tais estudantes devem ser encorajados a trabalhar ao seu próprio modo. Se forem colocados com um professor inflexível sobre tarefas e testes, ou que usa materiais e métodos inapropriados às suas necessidades, eles serão reprovados.

Souza (1996) afirma que as dificuldades de aprendizagem aparecem quando a prática pedagógica diverge das necessidades dos alunos. Neste aspecto, sendo a aprendizagem significativa para o aluno, este tornar-se-á menos rígido, mais flexível, menos bloqueado, isto é, perceberá mais seus sentimentos, interesses, limitações e necessidades.

Para Fonseca (1995) as dificuldades de aprendizagem aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, carentes de materiais didáticos inovadores, além de freqüentemente contarem com muitos professores “derrotados” e “desmotivados”. A escola não pode continuar a ser uma fábrica de insucessos. Na escola, a criança deve ser amada, pois só assim se poderá considerar útil. Roman e Steyer (2001) ressaltam que é importante o estabelecimento de uma Rotina na escola. A Rotina deve ser desenvolvida para possibilitar, a partir da organização externa, a segurança emocional e a organização interna de cada criança.

3.2 Um olhar sobre o papel da família na vida escolar do aluno

A importância da aprendizagem na vida do indivíduo pode variar de uma espécie para outra.

Se pretendermos compreender o comportamento e as atitudes humanas, os ideais e as crenças, as habilidades e os conhecimentos que caracterizam qualquer ser humano, estarão sem dúvida, tentando compreender seu processo de aprendizagem.

É, pois pela aprendizagem que o homem se afirma como ser racional, constitui sua personalidade e se prepara para cumprir o papel que lhe é reservado na sociedade a qual pertence.

“A contribuição que a escola tem dado à aprendizagem, não como único fator de geração de conhecimentos, mas como organizadora dos conteúdos e saberes, tem sido estudada e contestada por muitos estudiosos”. (FERREIRO, 1986, p.17).

A primeira escola de nossas vidas é a família, é por meio das orientações dadas pelos nossos pais que conseguimos desenvolver o caráter desde a infância. Depois disso, temos a necessidade de ingressar numa escola, um ambiente que vai nos transmitir um novo perfil de educação.

É nessa instituição que adquirimos conhecimento das principais disciplinas e aos poucos conseguimos desenvolver habilidades. Os professores procuram adotar métodos claros que possam colaborar com o entendimento de todos os alunos.

A escola funciona como uma segunda família, onde os amigos são como irmãos e os professores assumem o papel de pais. É no colégio que aprendemos as primeiras lições de cidadania e descobrimos o quanto é importante respeitar as diferenças.

A família legítima do aluno também deve procurar marcar presença na escola e participar ativamente da vida do filho no ambiente escolar. Os pais devem acompanhar o rendimento do filho e detectar qualquer desvio de comportamento.

Todo ambiente escolar sabe que integrar a escola à família do alunado é difícil! A direção marca uma reunião, o responsável não aparece; a coordenação faz uma confraternização, os pais não podem ir; a escola promove o dia da família na escola, ninguém comparece!

Essa é uma realidade que presenciamos por todo ano letivo na maioria das escolas, se não em todas. A família deve, portanto, esforçar-se em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos.

Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração. Deve estar atenta a dificuldades não só cognitivas, mas também comportamentais. Deve

estar pronta para intervir da melhor maneira possível, visando sempre o bem de seus filhos, mesmo que isso signifique dizer sucessivos “nãos” às suas exigências.

Em outros termos, a família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando.(KALLOUSTIAN, 1988, p.11).

Educar, portanto, não é uma tarefa fácil, exige muito esforço, paciência e tranquilidade. Exige saber ouvir, mas também fazer calar quando é preciso educar.

O medo de magoar ou decepcionar deve ser substituído pela certeza de que o amor também se demonstra sendo firme no estabelecimento de limites e responsabilidades. Deve-se fazer ver às crianças e jovens que direitos vêm acompanhados de deveres e para ser respeitado, deve-se também respeitar.

No entanto, para não tornar essa discussão por demais simplista, é importante, entender, que quando se trata de educar não existem fórmulas ou receitas prontas, assim como não se encontra, em lugar algum, soluções milagrosas para toda essa problemática.

Como já foi dito, educar não é uma tarefa fácil; ao contrário, é uma tarefa extremamente complexa. E talvez o que esteja tornando toda essa situação ainda mais difícil seja o fato de a sociedade moderna estar vivendo um momento de mudanças extremamente significativas.

Segundo Paulo Freire: “A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança” (2000,p. 30).

Em outras palavras, está-se vivendo, em um pequeno intervalo de tempo, um período de grandes transformações, muitas delas difíceis de serem aceitas ou compreendidas.

E dentro dessa conjuntura está a família e a escola. Ambas tentando encontrar caminhos em meio a esse emaranhado de escolhas, que esses novos contextos, sociais, econômicos e culturais, nos impõem.

Assim, é preciso compreender, por exemplo, que no momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão paulatinamente superados.

No entanto, para que isso possa ocorrer é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos. Pais e mães devem comparecer à escola não apenas para entrega de avaliações ou quando a situação já estiver fora de controle.

O comparecimento e o envolvimento devem ser permanentes e, acima de tudo, construtivos, para que a criança e o jovem possam se sentir amparados, acolhidos e amados. E, do mesmo modo, deve-se lutar para que pais e escola estejam em completa sintonia em suas atitudes, já que seus objetivos são os mesmos. (GOKHALE,1980, p.1).

Devem, portanto, compartilhar de um mesmo ideal, pois só assim realmente estarão formando e educando, superando conflitos e dificuldades que tanto vêm angustiando os professores, como também pais e os próprios alunos.

O papel da família no desenvolvimento escolar da criança é fundamental, para que a criança não seja rotulada somente ao pensamento do professor. "Um homem assume suas idéias, torna-se explicitas através de seus atos e palavras, mas não as impõe, embora lute por elas" (Costa, 1983).

É fundamental a interação dos pais com a escola, pois se dá novas descobertas sobre a criança que ali está se socializando e interagindo no meio. Marisa Costa (1983) afirma que "a educação opera no âmbito da sociedade, sujeita aos processos sociais mais abrangentes" e Maurício Tragtenberg (1980) complementa dizendo que "esses objetivos aliam-se à autogestão do ensino, onde tenham poder decisório os envolvidos diretamente com o ensino (alunos, professores, pais); daí a necessidade de as Associações de Bairro participarem do controle desses centros de educação".

Na escola, como na sociedade é possível conviver com diferentes opiniões, valores e devemos preparar a criança para que não só na sociedade aprenda a conviver e respeitar as pessoas que agem de forma distinta, mas também a família.

"Sociedade é o resultado de uma enorme e inesgotável nuvem de interação interindividuais", afirma Émile Durkheim (apud Rodrigues, 2000). "O mundo precisa de homens que pensem, que exercitem a consciência, que se emocione", completa Marisa Costa (1983).

O que se quer são alunos pensantes e atuantes, seres reflexivos de suas atitudes; para isso deve-se contar com o bom senso do professor, sendo atuante com a família.

Abrange-se que toda aprendizagem começa em casa, em meio à família e de maneira informal, mas extraordinariamente marcante, para todo o processo de aquisição de conhecimento que se seguirá ao longo da vida.

Observa-se que é uma matriz modeladora, uma base indispensável, que apesar de ser causal e empírica, prepara a criança, organiza seu mundo interno, inicia-se a sua socialização e inserção na cultura na qual nasceu.

Sabe-se que é consenso que a família imprime as primeiras disposições mentais com as quais a criança vai perceber o mundo social, que mais tarde vão ser complementadas e formalizadas pela escola.

Nota-se que para serem desenvolvidos e interiorizados, os comportamentos infantis não prescindem da atenção dos familiares, por meio de exemplos e repetições constantes, até se tornarem uma norma de conduta.

O controle dos instintos humanos requer uma família disponível e consciente de sua responsabilidade para preparar a criança a assumir seu lugar na sociedade, o que personaliza a cultura da família, durante muito tempo, nem foi objeto de estudos, no entanto é na instituição familiar que vivenciamos a primeira forma de amor com que se tem contato na vida.

É nela que nos humanizamos. Se valorizarmos esse relacionamento e esse sentimento, vamos transmiti-los aos nossos filhos.

Numa breve retrospectiva histórica, vemos que, nos anos 1960, a política autoritária, não apenas do Brasil, mas de muitas partes do mundo, fez com que os jovens se revoltassem contra todo poder instituído, inclusive o patriarcal. Queriam quebrar barreiras e a família foi a primeira delas, a mais acessível naquele momento de amor livre, de “revolução branca” contra as amarras institucionais.(GOKHALE, 1980, p.15).

A família patriarcal, com o pai dando todas as ordens, já não é preponderante, inclusive porque nas favelas, principalmente, há falta de homens de 14 a 25 anos, que são mortos de maneira violenta (conforme pesquisas amplamente divulgadas), fazendo com que a mulher assuma as duas funções: paterna e materna.

Nesse sentido, tratar as famílias de hoje da mesma forma que as de outrora, exigindo delas as mesmas responsabilidades e atribuições de então seria agir diacronicamente, sem sintonia com a realidade atual.

Acrescenta-se a tal situação que, com a tecnologia altamente desenvolvida a que temos acesso nos dias de hoje, tudo fica bonito e veloz, mas, dentro de casa, onde

estão os sentimentos? Onde está o espaço do diálogo entre os familiares? A grande chave do relacionamento familiar é poder amar de verdade e converter isso em ação. Para tanto há que se reservar um tempo específico.

E, na atualidade, tudo indica que tal ação não esteja ocorrendo a contento. Nossa sociedade de tantas contradições está promovendo muito mais a aproximação e intercâmbio entre projetos e culturas diferentes do que entre os membros de uma mesma família e, também, do que entre as famílias e as equipes das escolas que seus filhos freqüentam.

É certo que os papéis da família e da escola, antes prioritariamente repressores, modificaram-se ao longo das últimas décadas.

Uma das principais diferenças refere-se à transmissão do conhecimento, pois antigamente, essa transmissão dava-se apenas na escola, a agência por excelência destinada à transmissão dos conhecimentos acumulados pela sociedade. Os valores e padrões de comportamento eram ensinados e cultivados em casa.

Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispendo de tempo para cuidar dos filhos.

“Além disso, acreditam que educar em sentido amplo é função da escola. E, contraditoriamente, as famílias, sobretudo as desprivilegiadas, não valorizam a escola e o estudo, que antigamente era visto como um meio de ascensão social”. (FERREIRO,1992, p.23).

A escola, por sua vez, afirma que o êxito do processo educacional depende, e muito, da atuação e participação da família, que deve estar atenta a todos os aspectos do desenvolvimento do educando.

Há que se considerar, ainda, os casos de separação do casal, em que as crianças são colocadas diretamente no embate e sofrem muito mais que os pais, que deixam de ser marido e mulher, mas continuam pai e mãe das crianças.

Quando já estava presente um relacionamento de confiança família-escola, e esta acolhe o aluno de maneira satisfatória, os sentimentos de abandono e medo do futuro diminuem.

Em geral, tais pessoas conseguem comunicar-se melhor com as próprias oportunidades que o mundo oferece e geralmente tiveram o privilégio do estímulo familiar, impulsionando e apontando o compromisso com a dignidade, a possibilidade de conquistar os próprios sonhos, alicerçando condições para que as pessoas acreditem em si mesmas e ajam com vistas ao sucesso. Segundo (VYCERVERA, 2004, p.12):

(...) no caso das famílias que têm se envolvido com a educação dos filhos enquanto cobrança, principalmente da promoção de uma série para outra, e também de comportamento e interação, colocando em plano secundário a motivação, o prazer de freqüentar a escola e de aprender, os problemas se agravam. Como esperar alunos estimulados e envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem se a cobrança de resultados é excessiva e o medo de não corresponder às expectativas imobiliza? Como as demais instituições sociais, a família e a escola, passam por mudanças que redefinem sua estrutura, seu significado e o seu papel na sociedade.

É o que tem acontecido nos dias de hoje, em função de diversos fatores, sobretudo, a emancipação feminina.

Com isso, os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Esse é um fato que deve, necessariamente, ser levado em consideração quando se trabalha com a escola. Negá-lo é agir fora da realidade e não obter resultados satisfatórios.

É certo que cada segmento apresenta reclamações e expectativas em relação ao outro; os professores acham que os pais devem estabelecer limites e ensinar a seus filhos os princípios básicos de respeito aos semelhantes, boas maneiras, hábitos de alimentação e higiene pessoal, etc.

Por sua vez, os pais se recusam a comparecer à escola para ouvir sermões e serem instados a criar situações que possibilitem a aprendizagem de seus filhos, alegando que a função de ensinar conteúdos, criar situações de aprendizagem é da escola, dos professores.

Se num primeiro momento os professores reclamaram e rejeitaram a função mais ampla de transmitir valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal e alimentação, como falamos anteriormente, hoje já não estão tão arredios em participar de tais atividades e, também, atender a esses pais, ouvindo-os, dialogando com eles e, dessa forma, colaborando para a sua formação e de seus filhos.

As escolas, por sua vez, estão abrindo espaços para a participação das famílias, a ponto de, hoje, família e escola serem co-autoras das decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes. As faculdades de Pedagogia e os cursos de licenciatura vêm debatendo a necessidade de ambas caminharem juntas, se responsabilizando mutuamente pela formação dos alunos. (VYCERVERA, 2004, p.3).

Estão discutindo entre seus pares que, para haver parceria e composição de tarefas, é preciso ter clareza do que cabe a cada uma das instituições. A escola deve compreender que a família mudou e é com essa família que deve trabalhar. A escola precisa ser o espaço de formação/preparação das novas gerações. Os professores precisam aproximar-se de seus alunos tendo o apoio constante da família.

Valorizar a heterogeneidade em lugar da ambicionada homogeneidade perseguida pela escola tradicional, a universalização do ensino, evitando a discriminação e o abandono, o processo e não apenas o produto do conhecimento, o respeito à diferença, investindo na educação inclusiva, o papel do professor como mediador do processo, bem como a necessidade de constituir junto aos estudantes valores e conceitos para a vida harmoniosa e plena em cidadania, são tarefas relativamente recentes e bastante complexas a serem assumidas por todos os envolvidos no trabalho escolar. (GADOTI,1992, p.24).

Finalmente, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto de fato ocorra é preciso que sejamos capazes de construir de modo coletivo uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, onde exista uma efetiva troca de saberes.

A construção dessa relação implica em uma capacidade de comunicação que exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir, e para tanto, se faz necessário, a competência e o desejo de escutar o que está sendo expresso, bem como a flexibilidade para apreender idéias e valores que podem ser diferentes dos nossos.

Por parte da escola: respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias possuem, evitando qualquer tipo de preconceito e favorecendo a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o diálogo com os pais e possibilitando-lhes, também, obter um ganho enquanto

sujeitos interessados em evoluir e se aperfeiçoar e como seres humanos e cidadãos compromissados com a transformação da realidade.

A família, durante muito tempo, nem foi objeto de estudos, no entanto é na instituição familiar que vivenciamos a primeira forma de amor com que se tem contato na vida. É nela que nos humanizamos. Se valorizarmos esse relacionamento e esse sentimento, vamos transmiti-los aos nossos filhos.(MARTINS,2002, p.7).

No entanto, a instituição família tem recebido pouco investimento das pessoas, até pela falta de sentido que a reveste nos dias de hoje, em que o consumismo reina soberano e até as leis ajudam na sua fragmentação. A instituição social mais tem colaborado na extinção do que na promoção da família.

Até os anos 1960, casar, criar filhos era um projeto de vida; agora, tal projeto ficou relegado a um plano secundário e, praticamente, perdeu o sentido, como perderam o sentido os valores em longo prazo.

A humanidade como um todo está perdendo o sentido propriamente humano da afetividade e compromisso com o conjunto para a individualidade, o consumismo, a solidão.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi de grande importância, pois relacionou os objetivos com as análises bibliográficas pertinentes ao tema. Comprovou-se que a educação necessita implantar nas escolas principalmente no 1º Ciclo do Ensino Fundamental a consciência de que através da leitura, o aluno exercita sua inteligência e interage com o mundo, adquirindo novos conhecimentos. Por fim concluiu-se que são diversas as práticas pedagógicas que o professor pode trabalhar com os alunos com dificuldades de aprendizagem, proporcionando-os melhoria principalmente no campo da escrita e da leitura.

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade, além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, através de atividades em grupo, de forma que capacite o relacionamento e participação ativa das mesmas, caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

Se a criança não se envolve com o grupo ou este não a envolve, começa haver um baixo nível de participação e envolvimento nas atividades e, conseqüentemente, o isolamento que interferirá no desempenho escolar. O comportamento retraído de uma criança no ambiente escolar, pode ser interferência do ambiente familiar.

A escola tem uma tarefa relevante no resgate da auto-imagem distorcida da criança, por ter uma concepção socialmente transmissora de educação e de cultura, que transcende as habilidades educacionais familiares, além da responsabilidade e competência em desvendar para a criança o significado e o sentido do aprender.

As escolas devem buscar formas de prevenção nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos, diferenciar um a um, respeitar o ritmo de cada um. A escola deve ser um ambiente onde as crianças possam sentir-se bem, amadas e sempre alegres.

A metodologia da escola deve ser adequada, envolvendo seus alunos. E no momento em que surgir algum problema com algum aluno é importante que haja uma mobilização por parte da escola, a fim de que solucionem a possível dificuldade. A escola deve esforçar-se para a aprendizagem ser significativa para o aluno. Com isso todos tem a ganhar, a escola, a família e principalmente a criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDEZ, A. ***A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família.*** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras.** São Paulo: Cortez, 1992.

FERREIRO, Emília. **Os processos de leitura e Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FERREIRO, Emília. **Dificuldades de aprendizagem da leitura.** Teoria e Prática. São Paulo: 1997.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GOKHALE, S.D. **A Família Desaparecerá?** In Revista Debates Sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980

GARCIA, J.N. **Manual das dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JOSÉ, E. A. e COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

GADOTI, Moacir. **Uma só escola para todos os caminhos do escolar.** Petrópolis: vozes, 1992.

GUERRA, L.B. **A criança com dificuldades de aprendizagem.** Rio de Janeiro: Enelivros, 2002.

MARTINS, Vicente. **O que diz a LDB sobre Rendimento Escolar.** Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniaio/opiniaio>>.

Acesso em: 032/07/2009.

MONTARO, Juana. **Dificuldades da aprendizagem.** Lisboa: Porto Editora, 1999.

ROMAN, E.D. e STEYER, V. E. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: Um retrato multifacetado. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

SENA, Maria C. **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem** – Crianças de 8 a 11 anos. Bauru: EDUSC, 1996.

STRICK, C. e SMITH, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z** – Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

TIBA, Içami. **Disciplina, Limite na medida certa**. 41ª ed. São Paulo: Gente, 1996. 240p.

VYCERVERA, José Manuel; ALCÁZAR, José Antônio **Os pais perante o rendimento escolar**. Disponível em: [≤http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo053.shtml≥](http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo053.shtml).

Acesso em: 27/06/2009

VIGOTSKY. L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.